

COMUNICAÇÕES

A COOPERAÇÃO CULTURAL AMÉRICA LATINA – ÁFRICA *

Kabengele Munanga

Centro de Estudos Africanos da USP

Membros conscientes dos países do Terceiro Mundo estão começando a levar em conta a ineficácia do diálogo Norte-Sul e tentam examinar a possibilidade de iniciar um novo diálogo, enfim, mudar a ordem internacional vigente.

É neste sentido que as perspectivas das relações Sul-Sul estão sendo analisadas e que se coloca a questão das relações entre países da África e da América Latina. Quanto à cooperação cultural entre África e América Latina, considerada como um dos componentes desta complexidade de relações a serem estabelecidas, a questão que se coloca em primeiro lugar é saber se há necessidade de uma tal cooperação. Uma segunda questão diz respeito à definição do conteúdo dessas relações e as condições de sua efetivação.

Não se pode falar de cooperação quando não há necessidade, isto é, quando não há interesses comuns em jogo. Ninguém pode negar que os países do Terceiro Mundo, ao qual pertencem a América Latina e a África, têm problemas em comum que seriam melhor solucionados se fosse estabelecido um diálogo entre eles. Entre esses problemas comuns, podemos citar o subdesenvolvimento, a dependência econômica e cultural, a alienação mental, a fome, a miséria, as sequelas do passado colonial etc... No caso dos países da África e da América Latina, esta cooperação seria ainda facilitada pelo fato que estes países tiveram no passado relações históricas que deixaram traços de parentesco cultural importantes. Muitos trabalhos

*Comunicação feita no 1º Seminário Internacional Brasil-África. Conjunto Universitário Candido Mendes, Rio de Janeiro, agosto de 1981.

e pesquisas científicas realizados nos países relacionados, desde os mais antigos até os mais recentes, já mostraram suficientemente a presença africana na configuração sócio-econômica e histórico-cultural dos países da América Latina, e vice-versa: as contribuições latino-americanas na civilização africana.

A questão essencial seria, a nosso ver, definir a natureza dessa cooperação cultural e analisar o seu conteúdo, isto é, apontar e discutir os domínios nos quais tal cooperação é possível e urgente.

Seria um pouco difícil falar de cooperação cultural sem discriminação, tendo em vista a complexidade do conceito de "cultura". Com efeito, todas as questões a serem tratadas neste encontro: relações políticas, tecnológicas, econômicas, históricas etc... pertencem ao domínio da cultura e podem ser objeto de cooperação cultural. Assim, falando de cooperação cultural, eu me referiria apenas à cultura no seu aspecto de conhecimento, de busca e de transmissão deste último, ou seja, no seu aspecto científico. Eu acredito que a cooperação cultural no domínio científico entre os países relacionados é urgente e prepararia o caminho para uma cooperação mais ampla.

No domínio das ciências humanas, no momento em que os cientistas africanos e estrangeiros de boa vontade estão conjugando esforços para escrever e apresentar uma verdadeira história da África, há necessidade de uma cooperação. Outros aspectos dessa verdadeira história devem ser buscados do outro lado do Atlântico, uma vez que aceita-se que a escravidão faz parte do processo histórico dos povos africanos e latino-americanos. Alguns elementos das culturas africanas hoje desaparecidos podem ser encontrados na diáspora.

Cientistas e pesquisadores latino-americanos, preocupados com o estudo das fontes de suas culturas, particularmente no seu aspecto africano se referem principalmente às teorias elaboradas pelos africanistas ocidentais e companhia, no momento em que o conteúdo metodológico e epistemológico de muitas dessas teorias está sendo posto em questão. A cooperação é desejável para evitar esta visão deformante que os latino-americanos têm da África e vice-versa. O futuro diálogo Sul-Sul só teria sentido se nós deixarmos de empregar noções, termos e conceitos elaborados no contexto colonial e imperialista que caracterizam até hoje as relações Norte-Sul. Está na hora de elaborar uma nova linguagem científica e novas abordagens de nossas realidades. Toda a teoria sociológica sobre o desenvolvimento, que muitas vezes foi elaborada sem a nossa participação, enlatada e colocada pronta à nossa disposição pelos países desenvolvidos necessita uma reflexão comum dos cientistas do Terceiro Mundo.

Grande parte dos países da África e da América Latina vivem entre os trópicos e têm problemas comuns de medicina tropical, de saúde pública e tipos de doenças comuns que devem ser objeto de cooperação científica. Outro domínio possível de cooperação é o que nós chamamos de "Sistemas alternativos de cura" e que pertenceria ao campo da Antropologia médica, envolvendo estreita colaboração entre médicos, antropólogos, psiquiatros e psicólogos. A UNESCO desenvolve em alguns países da África pesquisas importantes neste campo de medicina tradicional, particularmente no domínio da doença mental. Este tipo de medicina está sendo desenvolvido também no Brasil nos terreiros de Candomblé, Umbanda e Macumba. Ninguém negaria a possibilidade de uma cooperação neste campo particular.

A agronomia e a agropecuária são outros domínios onde a cooperação é possível na medida em que do ponto de vista da flora e do solo há certa proximidade entre alguns países da África e da América Latina.

Toquei apenas em alguns domínios possíveis de cooperação científica, sem esgotar o problema nem nomear todos os outros só para justificar a necessidade da cooperação.

No tocante às condições de efetivação dessa cooperação, é importante que se pense em primeiro lugar nas relações políticas entre América Latina e África. Contradições flagrantes no campo político não seriam, a meu ver, de natureza a favorecer os mecanismos de cooperação, na medida em que a ciência deva ser, ideologicamente falando, colocada a serviço do seu país e do seu povo.

As semelhanças culturais, os problemas comuns foram evocados como fundamento de uma possível cooperação. É fundamental que se tenha em mente que as diferenças também são importantíssimas e podem criar pontos de atrito desfavoráveis aos mecanismos de cooperação. Neste sentido, a cooperação científica deveria ter entre outras missões, captar e aprofundar essas diferenças para que haja respeito mútuo e verdadeiro entendimento.

De maneira isolada, a cooperação cultural já existe entre algumas Universidades brasileiras e africanas através da política de bolsas de estudo, troca de professores e outros intercâmbios culturais.

Convênios de cooperação cultural existem entre o Brasil, através de seu Ministério de Relações Exteriores, e outros países da África e da América Latina.

O que falta é uma política geral de reciprocidade entre América Latina e África, política esta que deveria ser reexaminada no novo contexto das perspectivas do diálogo Sul-Sul.

HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA NA PESQUISA DO MESMO ESPAÇO: A AFRO-AMÉRICA *

Carlos Serrano

Centro de Estudos Africanos da USP

A imagem que o mundo ocidental nos legou da África é a do continente isolado, exótico, integrado na História com a chegada dos europeus. A visão etnocêntrica dos "outros" nas descrições dos navegantes, traficantes e missionários seiscentistas até à análise cientificista dos exploradores do século XIX deu-nos a conhecer uma sociedade estática, homogeneizante, nos primeiros estágios de uma evolução unilinear.

A recente descolonização do continente, acompanhada de uma premente necessidade de recobrar sua identidade própria, assume seu discurso científico para revelar-nos, pelo contrário, formações sociais em constante modificação. (Serrano, 1979). Esta outra dimensão histórica é não só indispensável ao nível do continente africano, como também para a compreensão da identidade coletiva que constitui a diáspora africana na América Latina.

A História da África não se limita, portanto, unicamente ao estudo de fenômenos próprios da Nação-Estado, domínio tradicional do historiador, a Antropologia, também reencontra, quando estuda a identidade étnica, este passado histórico ou mítico que pode ser projetado num devir comum possível ou utópico (Rupp, 1980: 61).

Esta necessidade de interdisciplinaridade fica patente implicitamente em informes de reuniões de especialistas sobre o assunto: (UNESCO, 1970)

— Reunião de especialistas sobre relações culturais entre a América Latina e África, Porto Novo, Dahomey (Bénin), 25-29 de março de 1966;

— Colóquio sobre as contribuições culturais africanas na América Latina e na zona do Caribe, La Habana, Cuba, 17-21 de dezembro de 1968; onde são relatadas as prioridades que devem ser dadas destes tipos de estudos à História e Antropologia.

Trabalhos de pesquisadores como P. Bonte (1981:66), antropólogo, ou o historiador africano Ki-Zerbo tornam explícitas esta necessidade. E,

* Comunicação feita no 1º Seminário Internacional Brasil-África. Conjunto Universitário Candido Mendes, Rio de Janeiro, agosto de 1981.

este último afirma-nos textualmente: "As colunas mestras do conhecimento histórico (História de África) são constituídas por três fontes principais: os documentos escritos, a Arqueologia e a Antropologia." (1978:8).

Referimo-nos, todavia, nesta nossa comunicação ao tipo de contribuição que pode prestar ao conhecimento da História africana os estudos de Antropologia Política. Recentes trabalhos de Antropologia que abordam as sociedades tradicionais africanas têm privilegiado o setor político porque como diz Balandier "o setor político é daqueles que mais trazem as marcas da História, daqueles em que melhor se apreendem as incompatibilidades, as contradições e tensões inerentes a toda a sociedade. Nesse sentido, tal nível da realidade social tem uma importância estratégica para uma Antropologia que se quer franqueada à história..." (1964).

Queremos aqui deter-nos nestas considerações teóricas para citar dois exemplos que penso darem conta da necessidade deste trabalho interdisciplinar no estudo da História africana como também da sua indispensabilidade para melhor conhecimento da História da própria diáspora africana na América Latina.

O primeiro fenômeno refere-se à instituição da escravatura em África e à constante referência no discurso da historiografia oficiosa, como justificativa etnocêntrica para a presença da escravatura no Brasil colônia e sua preferência em relação à do escravo índio, rebelde a esta situação. Não nos ocuparemos em rebater esta concepção a partir de dados que vários historiadores brasileiros e latino-americanos pesquisaram exaustivamente demonstrando a inexistência de qualquer passividade dos escravos africanos no Novo Mundo. Rebeliões, insurreições, "marronage", mukambos, quilombos etc. são prova inequívoca da resistência dos africanos a esta situação. No entanto, parece-nos ainda fundamental deter-nos sobre a instituição "escravatura" em África e sua inserção nos sistemas sociais que constituem as nações africanas para melhor compreendermos a diferença existente entre aquela e a nova situação no continente americano.

São várias as origens que podem conduzir homens livres à condição de escravos. Este processo estabelece uma relação entre os homens seja fora do espaço territorial que constitui a nação africana seja no seio dela própria. Seja qual for a origem que enumeramos mais abaixo, devemos reter que na maioria das sociedades africanas de que temos conhecimento, o escravo não se apresenta como uma "propriedade" no seu sentido ocidental, mas como produto social que envolve relações militares, econômicas e políticas e que colocam estes grupos de homens mais numa situação de servidão do que como simples mercadoria. Isto numa situação tradicional

caracterizada, por exemplo, por um modo de produção de linhagens, situação esta que é alterada a partir do contacto com os europeus, isto é, quando da articulação com um modo de produção mercantilista em expansão. (Serano, 1979:96).

Circunscrito num modo de produção de linhagem, o cativo proveniente de guerras ou razzias se torna um "escravo" e identificado com a linhagem que o logrou a esta situação. Desta maneira este tipo de escravatura poder-se-ia chamar de escravatura doméstica, pois ela serve para complementar o trabalho do grupo doméstico, isto é, o trabalho das mulheres e dos mais novos no grupo dos homens livres, contribuindo para reforçar e reproduzir a situação de inigualdade entre homens livres e homens nobres.

Um homem nesta situação de escravatura não pode ser transferido fora desta sociedade; quando muito entre as linhagens que compõem a sociedade global e desta maneira sua circulação está ainda ligada à apropriação de bens de prestígio pelos chefes das linhagens em questão, isto porque, repetimos pelas próprias palavras de Claude Meillassoux: "O escravo não é uma propriedade mas um patrimônio, com todas as incidências que comportam uma tal situação." (in *Dialectiques*, nº 21:146, s/d).

algumas origens da condição de escravatura e/ou servidão em algumas sociedades africanas pré-coloniais:

– tinham origem nos cativos feitos em batalhas ou razzias realizadas aos povos circunvizinhos em momentos em que era quebrada a estabilidade política entre si, muitas vezes precária;

– provenientes de nascimentos de mulheres escravas caso não fossem resgatados;

– quando os escravos eram provenientes do comércio a longa distância. Eram sobretudo trocados por sal, por bens de prestígio.

– quando o escravo não era um cativo mas a sua situação de dependência ou servidão era originada por castigo imposto após um julgamento pela quebra de normas vigentes, como por exemplo, um furto, o adultério etc.

– quando um homem julgasse em perigo a sua existência pela vingança de um outro dentro de seu grupo ou linhagem, ou ainda quando se julga incapaz de autosubsistir no seio de seu grupo ou linhagem, colocando-se deste modo na condição de dependência voluntariamente junto a outra linhagem que lhe possa fornecer meios de que fora privado circunstancialmente.

Separado das condições originais que os reproduziram biologicamente e socialmente estes homens, atores sociais de uma dada realidade, são in-

corporados violentamente na sociedade escravagista ocidental, como produto da mais valia.

Outro exemplo de estudo das instituições políticas africanas que poderia contribuir e/ou complementar outros já realizados por historiadores brasileiros é a da instituição *Kilombo*. Esta instituição surge em Angola no seio da sociedade Imbangala, também conhecida como os guerreiros *Jaga*, célebres pela sua combatividade na ocupação de uma região central de Angola e da sua resistência aos portugueses.

A sociedade guerreira Imbangala era aberta a todos os estrangeiros iniciados. Iniciados através desta instituição denominada *Kilombo*, ela tem várias conotações:

- 1 – O ritual de iniciação e circuncisão que expressa o rito de passagem, incorporando jovens de várias linhagens na mesma sociedade guerreira;
- 2 – A denominação do campo de guerra JAGA;
- 3 – A denominação do local, casa sagrada, onde se dá o ritual de iniciação;
- 4 – O acampamento de escravos fugitivos dos portugueses também em Angola;
- 5 – Acampamento temporário nas caravanas de comércio no século XIX em Angola.

O *Kilombo* era o que se denomina em Antropologia “crosscutting institution”, pois ela cortava transversalmente as estruturas de linhagens e estabelecia uma nova centralidade do poder, baseada sobretudo na máquina de guerra necessária para fazer face a prováveis inimigos (Miller, 27).

A Rainha Nzinga ya Mbandi da Matamba e Ngola se faz iniciar práticas religiosas dos *Jaga* para adotar como estratégia esta máquina de guerra que lhe possibilita resistir aos portugueses (Cavazzi, 1687).

No estudo do *Kilombo* brasileiro temos implícito certos princípios ideológicos mantidos pela consciência coletiva de um povo: Resistência, Unidade e Sociedade Aberta para todos.

Bibliografia

- BALANDIER, Georges – Réflexions sur le fait politique: le cas des sociétés africaines. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. XXXII, 1964.
- BONTE, Pierre e Sugita, Kurumi – Anthropologie Politique: Quelques Travaux Récents sur l'État. *La Pensée, janvier-février, n° 217/218*, 1982.

- CAVAZZI, João Antonio de Montecúccolo – *Descrição Histórica dos três Reinos: Congo, Matamba e Angola*. (1687) Edição portuguesa – Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1965. 2 vol.
- MEILLASSOUX, Claude – Lettre sur l'esclavage. *Dialectiques*, nº 21, pp. 144-154. s/d.
- MILLER, Joseph C. – *Kings and Kinsmen, Early Mbundu States in Angola*. Clarendon Press, Oxford, 1976.
- KI-ZERBO, Joseph – Um continente descobre o seu passado. *O Correio da Unesco*, nº 10/11, 1979.
- SERRANO, Carlos – *O Poder Político no Reino Ngoyo*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo, 1979.
- UNESCO – *Introducción a la Cultura Africana na América Latina*. Paris, 1970.

RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-ÁFRICA NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA *

Henrique Altemani

Centro de Estudos Africanos da USP

As exportações brasileiras para o continente africano atingiram em 1980 o valor de 1.313 milhões de dólares, representando 6,5% do total exportado. Consta-se a importância crescente que a África representa em nossa pauta de exportações ao se observar que no período de 1972 a 1980 as exportações para a África cresceram a uma taxa média anual de 39,7%, enquanto que o total de nossas exportações progrediu na base de 22,4% ao ano neste mesmo período.

Não só pela importância destes dados, mas também pelo enfoque contínuo da África, tanto na imprensa quanto em pronunciamentos oficiais, como um parceiro privilegiado do Brasil, julgo interessante, neste seminário, abordar alguns aspectos que possam nos indicar, dentro do contexto da política externa brasileira, o papel desempenhado pelas relações comerciais entre Brasil e África.

Creio, assim, que uma análise sucinta do posicionamento da política externa brasileira torna mais conseqüente a compreensão dos fundamentos da atual política africana.

O êxito da política externa depende, de um lado, da sintonia do pensamento do Governo como um todo e, de outro, de sua abertura em relação aos impulsos provenientes da sociedade. Da mesma forma, esta problemática não pode ser analisada isoladamente por suas próprias razões, é necessário apreender as inter-relações das diferentes políticas externas e seus efeitos a longo prazo.

Para implantação dessa concepção de política externa, em sua amplitude, foi preciso que, internamente, estivesse estabelecida a sua correspondente, o que apenas se caracterizou com as decisões do Presidente João Figueiredo de permitir o choque de idéias e o confronto de posições, dentro de nossas fronteiras.

* Comunicação feita no 1º Seminário Internacional Brasil-África. Conjunto Universitário Candido Mendes, Rio de Janeiro, agosto de 1981.

No pronunciamento em comemoração ao Dia do Diplomata, neste ano, o Ministro Saraiva Guerreiro deixa bem claro que a consolidação da abertura externa corresponde ao desenvolvimento da abertura interna.

Para maior compreensão do papel desempenhado pelo Brasil como ator de política internacional é importante frisar que sua principal característica em termos de política externa é o de diversidade, a de multiplicidade de suas facetas, a de polivalência de suas dimensões. Assim, a política externa brasileira não se posiciona numa dicotomia entre Ocidente e Terceiro Mundo, mas procura demonstrar que essas dimensões estão incorporadas ao seu perfil externo: o Ocidente fluindo das tradições políticas e dos vínculos econômicos e o Terceiro Mundo em decorrência de aspirações e realidades sócio-econômicas comuns aos países em desenvolvimento. Como consequência deste posicionamento, pode-se supor que o Brasil mantém uma posição de individualidade formulando uma política externa própria de acordo com suas peculiaridades e anseios nacionais. Dentro deste enfoque da adversidade, admite-se a diferença de opiniões e tendências, entendendo-se que os laços sólidos entre os países são construídos na plena percepção desta diferença e, em certos casos, até com base nela.

A política externa de qualquer país é função de duas realidades heterogêneas: a sua realidade interna e a realidade internacional. Em termos de realidade internacional sobressai-se o fato de que a vida internacional não evolui de forma linear e que, hoje, a política externa em geral caracteriza-se por uma complexidade crescente. Isto é, o esquema de confronto da guerra fria dos anos sessenta cedeu lugar a um esquema político mais complicado, no qual as considerações de poder são muito mais diversificadas, propiciando espaços para manobras político-diplomáticas para os mais variados Estados, com reflexos sobre o processo decisório internacional.

É de acordo com esta perspectiva que se deve analisar o confronto Norte-Sul. É inegável que os países desenvolvidos não foram capazes de viabilizar sua vontade política para negociar a reforma deste sistema e a instauração de uma nova ordem econômica internacional. Uma importante consequência deste confronto e de outros fatores como, por exemplo, a chamada crise energética, é a percepção de que as questões econômicas internacionais estão se transformando em problemas diretamente políticos. Na realidade, estão crescentemente em jogo a disponibilidade e o preço de produtos exportados principalmente por países em desenvolvimento, o que agudiza ainda mais o relacionamento Norte-Sul.

A maior complexidade do cenário internacional exige a crescente diversificação da política externa para solução de problemas específicos e condução, ao mesmo tempo, de diferentes diálogos com diferentes países.

Conforme Ronaldo Mota Sardenberg, a dimensão da política externa brasileira dentro deste princípio de diversificação baseia-se em três premissas essenciais:

1. O Brasil pretende desempenhar, na política internacional, um papel que corresponda aos nossos interesses e aspirações; falamos por nós mesmos e não como representantes de outros países.

2. O Brasil efetivamente pratica uma política de não intervenção e o respeito que exige dos demais Estados é o mesmo que está disposto a prestar-lhes.

3. O Brasil evita alinhamentos automáticos: política internacional não é um contrato de adesão, mas um campo permanente de negociação e ajustamento recíproco de posições.

A partir desta sucinta análise sobre as linhas genéricas da atual política do Brasil no que se refere às relações externas, apreende-se que o relacionamento comercial Brasil-África reflete, em boa parte, um posicionamento político conjunto visando reformas que permitam alterar a distribuição de custos e benefícios no processo de transferência internacional de recursos. Numa perspectiva mais ampla, busca-se o consenso da necessidade de uma nova ordem econômica internacional que consagre a estabilidade dos preços das matérias-primas através de correção monetária, formação de estoques reguladores e acordos de produtos de base, acesso facilitado ao capital e aos mercados dos países desenvolvidos e, finalmente, a transferência de tecnologia.

A atual política diplomática brasileira em termos de relações comerciais com a África baseia-se no princípio de que a partir da constatação da necessidade de instauração de uma nova ordem econômica internacional é interessante conceber esquemas alternativos à sistemática em vigor, procurando contar antes de tudo consigo e com seus próprios meios, considerando essa opção de contar com suas próprias forças tanto para cada país considerado isoladamente, quanto para o Terceiro Mundo em geral, como conjunto de países. (trata-se da utilização de negociações tanto multilaterais quanto bilaterais).

Desta forma, as relações comerciais Brasil-África sugerem que uma proveitosa cooperação entre nações do Terceiro Mundo, em diferentes estágios de desenvolvimento, pode ter futuro. Assim como as tradicionais relações ex-colônias metrópoles podem paulatinamente ceder lugar a relações entre nações com problemas semelhantes de superação das dependências econômicas.

Neste sentido, declarações de dirigentes argelinos, no final de 1980, enquadravam a Argélia e o Brasil na defesa dos mesmos interesses, os do Terceiro Mundo, visando alcançar os mesmos objetivos, entre outros, uma nova ordem econômica mundial. "O Brasil e a Argélia são dois países em desenvolvimento cujas economias são complementares. A disponibilidade de uma cooperação mais expressiva existe de ambas as partes. Ela poderia tornar-se o símbolo de uma cooperação plena de vitalidade entre dois países do Sul".

Não se pode afirmar que o objetivo final da política africana brasileira seja a obtenção de novos mercados, nem que sua inspiração seja basicamente de origem política. Os dois aspectos derivam de uma estratégia global de independência nacional em todos os níveis. Porém tem sua dinâmica própria, e é importante que os interesses meramente comerciais não se sobreponham aos interesses políticos, que poderão levar a uma aliança duradoura com os parceiros africanos.

A visão brasileira das relações internacionais entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, como se apreende do pensamento de Araújo Castro, não se reduz unicamente a um diálogo de natureza econômica. Conforme Araújo Castro, era necessário que os países em desenvolvimento identificassem claramente seus interesses não apenas econômicos mas também políticos, sendo que o primeiro passo de identificação de uma temática comum era o engajamento parlamentar dos países em desenvolvimento no esforço anti-colonial e anti-racista.

Esta seria, assim, a base do esforço de conhecimento mútuo que concorresse para a superação das estruturas internacionais desfavoráveis. Esta posição advém do reconhecimento de que todos os povos têm direito inerente à independência, direito este que nada tem a ver com seu estágio político, intelectual ou econômico. A idéia de inviabilidade de determinados países representa a racionalização da justificativa de manutenção do sistema colonial.

É evidente que esta abordagem teórica da política externa brasileira definiu-se após o enfraquecimento das relações especiais mantidas com Portugal. Guy Martinière, em seu trabalho "A Política Africana do Brasil (1970-1976)", mostra-nos claramente como essas relações constituíam-se numa barreira para o estabelecimento de um relacionamento mais profundo com os países africanos.

Existem, na África, questões candentes, como as lutas anti-coloniais, o anti-apartheid, mobilizadoras e aglutinadoras dos países da região. Na

redefinição da política africana, no governo Geisel, o Brasil valeu-se desta característica peculiar do continente, procurando através de iniciativas simbólicas, mas com objetivos políticos claros, como por exemplo, o reconhecimento do MPLA como representante legítimo do povo angolano, ganhar a confiança dos líderes africanos.

O clímax desta política culminou com a viagem do Ministro Saraiva Guerreiro a Moçambique, Angola, Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue, países que, no continente africano, integram a vanguarda do combate à África do Sul. Para o Itamarati, o resultado político mais imediato deste movimento foi apagar a desconfiança em relação ao Brasil, fruto da orientação brasileira anterior de apoio à política portuguesa na África.

Neste aspecto, a decisão do governo brasileiro de externar sensibilidade e entendimento pelas questões políticas que mobilizam os países africanos, principalmente as questões relacionadas com o processo de descolonização e as lutas contra as diferentes formas de racismo e discriminação racial, representam um importante passo, pois criam um clima propício à implantação de relacionamentos sólidos com base na confiança recíproca.

Não há dúvidas de que a política africana do Brasil está em fase de construção, sendo no entanto animadoras as perspectivas comerciais, bem como o interesse demonstrado pelas nações africanas em ampliar e diversificar a cooperação econômica, técnica e cultural com o Brasil.

Pelo que acima foi exposto, acredita-se que, a partir da maior complexidade observada na política externa e dentro do processo de reestruturação atual do comércio internacional, o estabelecimento de relações comerciais entre Brasil e África, além de suscitar a emergência de novos parceiros econômicos entre países do Terceiro Mundo, pode ser visualizado como um projeto de desenvolvimento econômico mútuo, favorecendo o parceiro africano no sentido de fortalecimento de sua unidade e independência econômica, além da política, ao mesmo tempo em que reforça o perfil externo do Brasil.